## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º , DE 2016 (Do Sr. Carlos Gomes )

Altera a redação do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, prevendo a constituição de Comissão Especial após o pronunciamento de mais de quatro Comissões que devam pronunciar-se quanto ao mérito.

## A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a redação do inciso II do art. 34 do Regimento Interno, prevendo a constituição de Comissão Especial após o pronunciamento de mais de quatro Comissões que devam pronunciar-se quanto ao mérito.

Art. 2º Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 34 do Regimento Interno:

			"Art	. 34							
			 II-	proposiçõe	es qı	 ле	versar	 em	mate	éria	 de
		CO	mpetê	ncia de mai	is de q	quatro	Com	issõ	es qu	e de	vam
		pro	onunci	ar-se quan	to ao	me	érito,	por	inicia	ativa	do
		Pro	esiden	te da Câma	ra, ou a	a req	uerime	ento	de Lía	ler o	u de
	Presidente de Comissão interessada" (NR).										
	Art.	30	Esta	Resolução	entra	em	vigor	na	data	de	sua
publicação.											



## **JUSTIFICAÇÃO**

Ultimamente, temos observado um aumento crescente no número de Comissões Permanentes na Casa. A cada eleição para a Mesa Diretora, mais Comissões temáticas são criadas como uma forma de acomodar interesses inicialmente contrapostos, conciliados com a distribuição de novos nichos de poder.

A bem da verdade, o intento dos Constituintes de 1988, ao introduzir o regime conclusivo de tramitação em nosso sistema, era o de justamente fortalecer as Comissões, tornando-as órgãos decisórios, ao invés do regime pretérito em que as mesmas funcionavam apenas em caráter opinativo.

Para tanto, durante as discussões na Constituinte, os Deputados Pimenta da Veiga, Otávio Elísio e Solon Borges dos Reis (*apud* Luiz Henrique Cascelli de Azevedo, "O Controle Legislativo de Constitucionalidade", Fabris: Porto Alegre, p. 28), defenderam o intento de um menor número de Comissões com o intuito de as fortalecer, prestigiando-se a celeridade e o trabalho técnico, além de resguardar o Plenário da Casa para as decisões de maior relevância nacional.

Não obstante, hoje, ao mesmo tempo, observamos, de igual modo e por consequência, a criação incontida de Comissões Especiais, já que um sem número de temas diz respeito, no mérito, a mais de três Comissões Permanentes.

Desse modo, a proposição que oferecemos à apreciação dos demais pares tem o objetivo de minorar a criação de Comissões Especiais que, em última análise, enfraquecem a análise técnica e, enfim, tornam sem efeito a criação de novas Comissões Permanentes, cada vez mais esvaziadas.



Para esse efeito, propomos a criação de Comissão Especial somente quando a matéria tratar de tema afeito ao mérito de mais de quatro Comissões, ao invés do número hoje fixado em três.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado Carlos Gomes

2016-9246